
ICANN71 | Fórum virtual de políticas – Discussão do GAC sobre assuntos relacionados à Proteção de Dados e RDS/WHOIS

Terça-feira, 15 de junho de 2021 – 12h30 às 13h30 CEST

GULTEN TEPE:

Vamos começar agora. Vamos falar sobre WHOIS e proteção de dados, sendo terça-feira, 15 de junho às 10:30 UTC. Reconhecendo que essas são sessões públicas e que outros membros da comunidade da ICANN podem estar presentes, a liderança do GAC e a equipe de suporte incentivam todos vocês que são representantes do GAC a digitarem seu nome e afiliação no chat de participação para manter registros de participação precisos. Se você gostaria de fazer uma pergunta ou comentário, digite no chat. O recurso está localizado na parte inferior da janela do Zoom, iniciando e encerrando sua frase com uma pergunta ou comentário, conforme indicado no chat. A interpretação para as sessões do GAC inclui todos os 6 idiomas da ONU e o português. Os participantes podem selecionar o idioma que desejam falar ou ouvir clicando no ícone de interpretação localizado na barra de ferramentas Zoom. Se você deseja falar, levante a mão.

Assim que o facilitador o chamar, ative o som e use a palavra. Lembre-se de dizer seu nome e o idioma que falará, caso esteja falando um idioma diferente do inglês. Fale claramente e em um ritmo razoável para permitir uma interpretação precisa. Certifique-se de silenciar todos os outros dispositivos quando estiver falando. Por fim, esta sessão, como todas as atividades da ICANN, é regida pelos padrões de

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

comportamento esperados da ICANN. No caso de interrupção durante a sessão, nossa equipe de suporte técnico irá silenciar todos os participantes. Esta sessão está sendo gravada e todos os materiais estarão disponíveis na página de reuniões do ICANN71. É com você, Manal.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigado, Gulten. E sejam bem vindos a todos. Temos uma sessão de 90 minutos agora. Usaremos a primeira hora para RDS e proteção de dados em relação aos desenvolvimentos mais recentes do PDP Fase 1, Fase 2, ODP e Fase 2a, bem como o rastreamento de precisão. Rededicaremos a última meia hora para outra revisão rápida do comunicado. E como todos vocês devem ter notado; estamos usando o webinar do Zoom para esta sessão. Zoom webinar, estamos testando para ver se ajudaria os líderes de tópico e moderadores da sessão a reconhecer melhor as intervenções do GAC e o bate-papo do GAC para poder priorizar as contribuições do GAC para a discussão. Gostaríamos muito de receber seus comentários, bem como, é claro, os comentários de nossos líderes de tópico, se isso atendeu ao propósito. Com isso e sem mais delongas, deixe-me passar para o nosso tópico para iniciar nossa discussão. É com você, Laureen. Obrigada.

LAUREEN KAPIN:

Obrigado, Manal, bem-vindo a todos e obrigado por participar desta sessão sobre esses assuntos importantes. Meu nome é Laureen Kapin e estou falando na qualidade de membro do pequeno grupo GAC, sou dos Estados Unidos e trabalho para a Comissão Federal de Comércio,

onde me dedico a questões de proteção ao consumidor e questões internacionais. também sou co-presidente do Grupo de Trabalho de Segurança Pública. Portanto, temos uma agenda cheia hoje. Iremos guiá-lo por algumas atualizações sobre todas as questões de EPDP, processo de desenvolvimento de política acelerado, daremos uma breve atualização de todas as fases, mas passaremos a maior parte do tempo no natural versus legal e exclusivo, e atualizaremos sobre o trabalho e a oportunidade para um comentário público do GAC sobre o relatório provisório da Fase 2.

Portanto, esta é uma visão geral e você pode ver que estamos levando você desde o início da história, que pelo menos começou com a implementação da especificação temporária, que foi lançada em resposta ao regulamento geral europeu de proteção de dados. Isso basicamente porque ICANN queria garantir o cumprimento das leis relevantes. A Fase 1 ocorreu em fevereiro de 2018 e 2019 que lançou a especificação temporária e que atualmente é objeto do IRT, que significa equipe de revisão de implementação. Isso está em andamento, a implementação das recomendações da Fase 1 foi lançada em maio de 2019, e a especificação temporária está entretanto em vigor enquanto as replicações da Fase 1 estão sendo implementadas. E só para dar um passo para trás, este é um processo multifásico que começou com uma especificação temporária e depois houve processos de desenvolvimento de políticas feitos de forma ágil que começaram com a Fase 1, que teve suas recomendações adotadas pelo Conselho que agora estão sendo implementado, então temos a especificação temporária, temos a Fase 1, em implementação, e depois

a Fase 2 que focava nesse sistema de acesso padronizado para divulgação, e vocês vão ouvir muito esse termo SSAD. Não significa tão triste; representa como dizemos nos slides, e agora estou perdendo meu lugar nos slides com todas essas siglas, significa sistema padronizado de acesso e divulgação.

Esse conjunto de recomendações da Fase 2 foi o assunto de um relatório final publicado em julho. O GAC teve várias preocupações com essas recomendações e emite uma declaração minoritária junto com vários outros grupos de partes interessadas, incluindo o ALAC, BC, IPC e SSAC, todos eles estão anexados ao relatório final e se você não olhou para eles, eu encorajo Se você olhar para todas as declarações de todos os grupos de partes interessadas, elas lhe darão uma noção da diversidade de pontos de vista sobre essas questões. Levando-nos ao local atual, Fase 2a, havia vários assuntos importantes que não puderam ser cobertos na fase 2. E na Fase 2a, o objetivo era abordar essas questões importantes. A Fase 2a enfocou o tratamento de pessoas jurídicas. Por que isso é um problema? É porque as informações de pessoas jurídicas não são necessariamente protegidas pelo GDPR e houve um esforço para considerar como essas informações poderiam ser tratadas e se deveriam ser disponibilizadas publicamente, uma vez que não estão necessariamente protegidas pelos regulamentos de proteção de dados relevantes. A Fase 2a também enfocou se e-mails com pseudônimos poderiam ser publicados nos dados de registro de nome de domínio público. Portanto, vamos guiá-lo por todas essas fases, e meu colega Chris Lewis-Evans, que está se juntando ao nosso trabalho na equipe de

revisão de implementação, abordará esse tópico. Mas uma breve pausa; Eu seria muito negligente se não identificasse Chris e Melina como meus colegas no pequeno grupo do GAC, bem como nossos outros colegas que nos apoiam fazendo um trabalho tremendo e dedicando incontáveis horas a esses tópicos difíceis. Você pode não perceber o número de horas gastas em reuniões e revisando textos e lutando com a diversidade de pontos de vista sobre essas questões, mas é preciso muito tempo e esforço, e você não poderia pedir uma equipe mais dedicada do que as outras pessoas trabalhando nessas questões. Portanto, quero reconhecê-los publicamente neste momento. Tire isso, Chris.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Obrigado, Laureen. Olá a todos. Chris Lewis-Evans, para registro, e como Laureen disse, parte do pequeno grupo, e para ecoar esses agradecimentos diretamente a ela, eu acho que o número de horas que Laureen dedicou recentemente é impressionante, e ela realmente liderou a cobrança para o pequeno grupo do GAC dentro da implementação da Fase 1, e realmente, eu acabei de apoiá-la. Como Laureen disse, o trabalho de implementação começou em maio de 2019, então já está em andamento há um bom tempo e esse trabalho está bastante difundido. Houve inúmeras reuniões, alguns estudos, relatórios e alguns projetos de linguagem de documento de política em andamento, bem como alguns itens de acompanhamento de trabalho que a organização da ICANN ajudou a montar.

Ainda há muitas interdependências que não foram acordadas e divergências sobre a linguagem da política que estamos analisando, e algumas delas são de grande importância para o GAC e acho que uma das que sinalizamos é o prazo para uma resposta a pedidos urgentes. Então, o que quero abordar a seguir são três questões abrangentes de importância para o GAC com o IRT. O primeiro é o cronograma geral. Portanto, no comunicado do GAC em Montreal em novembro, o GAC solicitou um plano de trabalho detalhado e a divulgação do cronograma de trabalho dentro da IRT. Isso foi aceito pela Diretoria da ICANN em janeiro do ano passado e foi fornecido por eles. Foi estabelecido um cronograma e, como eu disse, temos um documento de rastreamento de status, mas atualmente não há um plano detalhado programado para conclusão ou publicação do plano de implementação. Portanto, o outro é o impacto sobre a política de credenciamento e implementação do serviço de proxy de privacidade, também conhecido como PPS AI, e mencionamos isso em vários de nossos comunicados como sendo importante. E uma das razões para isso é realmente a quantidade de impacto que isso causa para organizações de segurança pública, como a aplicação da lei, obtendo acesso aos dados. Houve muito trabalho na comunidade e está suspenso há muito tempo. Então, espero que isso seja discutido. Houve uma reunião que destacou o ICANN71, portanto, no dia 24 de março.

O terceiro e último item é o impacto na implementação da política de WHOIS densa aqui, eu só quero destacar algumas partes. O WHOIS denso foi adotado em 2014 e, na Fase 1, notamos que não achamos que houvesse problemas específicos que deveriam ser tratados durante a

implementação, o que eu acho que foi a recomendação 7 naquele relatório final para a Fase 1. Mas não achamos que isso anulasse a política de consenso existente do denso WHOIS. E isso foi acordado pela Diretoria da ICANN. Houve várias discussões dentro da IRT em torno disso e, na verdade, a IRT não foi capaz de chegar a um acordo sobre se rescindiu a política de WHOIS abrangente. E apesar da falta de acordo, o Conselho da GNSO determinou em janeiro deste ano que a recomendação 7 era modificar a densa política de transição de WHOIS. Definitivamente, já há itens que destacamos atrás e, obviamente, esse trabalho está em andamento e assim que tivermos mais detalhes sobre eles, com certeza iremos atualizá-los.

LAUREEN KAPIN:

Obrigada. Portanto, este slide oferece uma imagem visual. Passando agora da Fase 1 para a Fase 2. Isso dá a você uma imagem visual das recomendações para o sistema padronizado da Fase 2 para acesso e divulgação. E você pode ver visualmente que houve certas recomendações que alcançaram consenso total e outras que divergiram e ainda outras que tiveram forte apoio, mas oposição significativa e que estão realmente destacadas em vermelho. E isso, como eu disse, é para dar a vocês uma imagem do fato de que se tratava de questões controversas e sobre algumas das recomendações havia uma diferença real de opinião expressa por diferentes grupos de stakeholders. O GAC, em particular, expressou suas opiniões em sua declaração minoritária em agosto de 2020. E, particularmente, o GAC estava preocupado com o fato de que as recomendações atuais criaram um sistema fragmentado em vez de centralizado. E o motivo

de estar fragmentado é porque, essencialmente, as decisões são deixadas para cada registrador individual decidir se as informações devem ser divulgadas ou não. E há muitas boas razões para isso, porque há responsabilidades que podem decorrer da tomada de uma decisão que divulga dados do registrador de maneira inadmissível. Mas, como cada registrador é responsável por suas próprias decisões, você pode entrar em um sistema onde padrões diferentes são aplicados. Questões relacionadas tão fragmentadas, em vez de centralizadas, que as recomendações não continham padrões aplicáveis para revisar as decisões de divulgação; na verdade, correspondência nesse sentido do CEO da ICANN expressando preocupações de que seria muito difícil para o cumprimento da ICANN revisar essas decisões. Houve também a preocupação de que as recomendações não refletissem especificamente as preocupações do consumidor ou contivessem um mecanismo confiável para o sistema em resposta a aumentar a clareza jurídica, ou seja, conforme a lei muda e sabemos de certas mudanças legislativas no horizonte, tivemos uma discussão sobre isso ontem do nosso colega da Comissão Europeia, se a lei mudar ou se houver decisões das autoridades de proteção de dados esclarecendo o que é um conjunto complicado de regulamentos, que o sistema deveria ser capaz de evoluir em resposta a isso, mas foi visto que não há recomendações suficientemente confiáveis nas recomendações para levar isso em consideração. E, finalmente, havia preocupações com o custo do sistema, ele simplesmente poderia ser muito caro para as pessoas que desejam usá-lo. Então, eu encorajaria se os colegas do GAC não leram a declaração da minoria do GAC para dar uma olhada nela. É uma declaração longa que explica

cuidadosamente as bases para as preocupações e seus pontos de vista. E o GAC não estava sozinho em suas preocupações. Outros grupos de partes interessadas também expressaram preocupações, e todos eles estão no anexo E do relatório final. Eu sei que houve uma pergunta no pod de bate-papo, uma solicitação para postar todos os links para esses relatórios, então vou solicitar nossa ótima equipe de suporte em algum momento que seja conveniente, se você puder postar links para as recomendações da Fase 1, as recomendações da Fase 2 e o relatório inicial da Fase 2a, bem como a declaração da minoria do GAC, nos bate-papos, acho que alguns de nossos palestrantes achariam isso útil. E os slides, na verdade, contêm links para todos esses documentos, portanto, os slides serão disponibilizados após essa discussão. E então você pode usar os slides para obter acesso a esses materiais também. Voltando ao conteúdo em questão, outras partes interessadas se juntaram para expressar suas preocupações, o ALAC, SSAC, BC e IPC e alguns grupos que votaram contra a recomendação não chegaram a um consenso. É aqui que estamos com a Fase 2. A Diretoria lançou sua fase de projeto operacional e ouvimos uma discussão sobre isso ainda hoje. E isso é basicamente uma ajuda para ICANN e a comunidade descobrirão quais serão os custos, recursos e riscos que vêm com a construção do sistema recomendado, e esse trabalho está em andamento. E sabemos também que haverá uma solicitação futura de informações da comunidade para fornecer feedback sobre essas questões e determinar a viabilidade. As luzes estão apagando no quarto em que estou, então vou acenar com as mãos para que isso não aconteça. Se estivessem na minha boca, nunca teriam disparado. Então haverá esse pedido de informações para apurar as taxas em

conta esses riscos, custos e recursos, e então a Diretoria vai considerar os resultados da fase de desenho operacional. E a Diretoria, de acordo com sua função, decidirá se as recomendações atendem aos melhores interesses da comunidade da ICANN ou da ICANN. Portanto, em nosso último comunicado, como parte de nosso conselho à Diretoria, pedimos à Diretoria que considerasse as preocupações expressas na declaração da minoria e suas opções disponíveis iniciassem seu papel para abordar as preocupações de políticas públicas expressas e, se necessário, tomar as medidas adequadas. E tivemos uma discussão com a diretoria em resposta a algumas de suas perguntas sobre a declaração da minoria do GAC em abril passado. E então, em maio passado, recebemos uma resposta formal ao conselho do GAC. E isso foi feito por meio do scorecard da diretoria. E pareceu, a partir de algumas das declarações levantadas no scorecard, que ainda havia algumas perguntas sobre a declaração da minoria do GAC. O que eu gostaria de salientar é que a declaração da minoria do GAC é muito específica, explica a base para as preocupações do GAC nesse documento e também contém notas de rodapé extensas citando nossas fontes, e pretende ser um documento abrangente. Também observamos que há questões levantadas sobre certas posições tomadas, particularmente sobre questões de precisão, e teremos uma discussão separada sobre isso. Mas queremos destacar que essas são questões complexas e sabemos que ICANN está se envolvendo com as autoridades de proteção de dados sobre essas questões complicadas, sobre a questão de um modelo centralizado em particular, e queremos enfatizar que até mesmo a autoridade de proteção de dados belga observou que existem benefícios potenciais para esses sistemas. E

acho que também queremos enfatizar que não é intenção da declaração da minoria pedir à Diretoria que reescreva qualquer uma das recomendações. Estamos bem cientes de que essa não é a função do Conselho; apenas pedimos que a diretoria considere as preocupações do GAC. Vamos nos voltar agora para a Fase 2a, que é a parte atual do processo de desenvolvimento de políticas em andamento. Isso acaba de atingir um marco com a publicação do relatório inicial. Vou dar-lhes um contexto rápido e depois passar à palavra à minha colega Melina da Comissão Europeia para falar mais especificamente sobre o assunto. O que você precisa saber, em primeiro lugar, é que você pode ler o relatório inicial que acabou sendo publicado e disponível agora. E esse foi um processo muito, muito rápido. Tudo começou em dezembro e estamos em nosso relatório inicial em junho. Como acontece com qualquer processo rápido, às vezes pode ser um pouco rápido demais e, neste caso, houve muito material novo introduzido bem perto do prazo para o relatório inicial, o que criou alguns desafios para a equipe revisar e conferir adequadamente discuti-lo, principalmente porque, pelo menos para nossos membros do GAC e muitos dos outros grupos de partes interessadas, as pessoas estão conferenciando em vários fusos horários. Então, quando você consegue material novo e tem prazos que, em alguns casos, são de 24 horas ou menos para chegar a uma posição, isso se torna bastante desafiador. E, em particular, houve muita discordância entre os grupos de partes interessadas sobre se o relatório sinalizou claramente a divergência em uma das recomendações propostas e, de fato, a primeira recomendação é que nenhuma mudança seja recomendada para a política da Fase 1, o que,

as pessoas podem Lembre-se, permitia que os operadores de registro e registradores fizessem distinção, mas não exigia que eles fizessem isso. A maior parte do tempo em que o grupo debateu foi justamente sobre esse assunto. Portanto, este continua a ser um tópico de debate e o cenário está montado agora para comentários públicos, e acho que agora estará nas mãos do GAC não apenas como uma entidade coletiva, mas para países individuais para opinar sobre essas questões. E para falar mais especificamente sobre as questões, vou passar a palavra à minha colega Melina Strougni, da Comissão Europeia.

MELINA STROUGNI:

Sim. Obrigada, Laureen. Também obrigado pela calorosa introdução. Então, meu nome é Melina Strougni. Como Laureen já mencionou, sou membro do pequeno grupo GAC e acompanhei a Fase 2a do EPDP. Por experiência, advogada de proteção de dados e trabalhando no setor de governança da Internet na Comissão Europeia. Na Fase 2a, falarei sobre a primeira questão, na Fase 2a, o natural versus o legal e, em seguida, meu colega fará uma revisão do contexto. Para lembrar, do lado direito, antes da entrada em vigor do RGPD, o regulamento geral de proteção de dados, os dados de registro de nomes de domínio estavam disponíveis ao público após a entrada do RGPD claro os dados editados. Os dados retirados também incluíam dados não pessoais de pessoas coletivas não protegidas pelo GDPR, o que gerou falta de transparência e vários problemas devido à falta de informação pública e disponível. Então, basicamente, o EPDP tinha duas tarefas aqui na Fase 2a, a primeira era determinar se quaisquer mudanças são necessárias em relação à Fase 1, recomendação 17 que dizia que

registradores e registros têm permissão para diferenciar entre pessoas físicas e jurídicas, mas não são obrigados a fazer isso, este foi o primeiro ponto e, em seguida, a segunda tarefa seria que orientação, se houver, pode ser fornecida aos registros e registradores que devem diferenciar entre naturais e legais. Como Laureen mencionou, uma das recomendações do relatório inicial conclui que nenhuma mudança foi necessária. Isso não refletia inteiramente a realidade, pois não chegamos a um consenso sobre esse ponto. Basicamente, havia muitos grupos, incluindo o GAC, que acreditava que essas mudanças eram necessárias e outros grupos que não pensavam assim. Então, basicamente, este ponto foi agora esperançosamente esclarecido, como eu entendo que será um ponto de esclarecimento adicional no relatório inicial para capturar que atualmente não há consenso sobre se deve haver mudanças na recomendação da Fase 1.

Então, basicamente, as principais áreas em que a opinião da comunidade é solicitada, no total, há cinco recomendações no relatório inicial para as quais o feedback do público é solicitado. Vou apresentar quatro deles que dizem respeito à discussão natural versus jurídica, os pontos que você vê no slide e, em seguida, Chris cobrirá o quinto. Portanto, a primeira é se são necessárias mudanças na recomendação da Fase 1. Então, como mencionei, de acordo com o GAC, essas mudanças são necessárias. O relatório agora acolhe comentários a esse respeito sobre se quaisquer recomendações adicionais podem ser levadas em consideração e se as recomendações na Fase 1 são ou não necessárias. O segundo ponto é a necessidade de o Conselho da GNSO monitorar os desenvolvimentos relevantes.

Portanto, no contexto da Fase 2a, notamos que havia uma série de resultados potenciais relevantes, como a adoção do ni S2, bem como SSAD a que Laureen se referiu, então basicamente uma recomendação preliminar atualmente incluída no relatório inicial que sugere que o conselho deve monitorar esses desenvolvimentos para ver se uma recomendação é necessária, enquanto ao mesmo tempo outros sugeriram que já é responsabilidade do conselho, então talvez não seja necessário dizê-lo explicitamente. Então, basicamente, há um ponto em que o feedback do público também é necessário. O terceiro ponto diz respeito se um elemento de dados padronizado deve estar disponível para as partes contratadas. Basicamente, discutimos se deveríamos criar a capacidade técnica das partes contratadas para usar elementos de dados padronizados, como sinalizadores, como um requisito. Basicamente, ter a capacidade de marcar um registrante como pessoa física ou jurídica e seus dados como pessoais ou não pessoais. Então, basicamente, apenas fazer uma exigência de capacidade técnica sem anexar qualquer outra obrigação de publicação que realmente teria risco zero de responsabilidade para os contratados. Mas, novamente, infelizmente, não conseguimos chegar a um consenso sobre este ponto agora está incluído como parte das orientações. Basicamente, visa facilitar e harmonizar as práticas para as partes contratadas que é diferenciar entre pessoas físicas e jurídicas e, novamente, buscamos feedback público sobre se os dados devem ser disponibilizados para as partes contratadas e o porquê disso. O quarto ponto é se basicamente a orientação que desenvolvemos atualmente é suficiente. Portanto, esta orientação visa fornecer informações úteis e impede as partes contratadas que optam por

diferenciar e recomendam que estes sigam essa orientação e devem documentar todas as etapas do processo de dados. Assim, para mergulhar em mais detalhes, para o conteúdo da orientação, basicamente de acordo com a orientação, os registrantes devem ser autorizados a se identificarem como pessoas físicas ou jurídicas. Incluímos orientações sobre o prazo, basicamente no momento do registro ou sem demora indevida após o registro e no caso de o registrante atualizar suas informações de contato, isso deve ser feito novamente sem demora indevida após a atualização das informações. Em seguida, os registradores devem considerar o uso do elemento de dados padronizado no RDS, o SSAD, basicamente um sinalizador que indica se é uma pessoa física ou jurídica presente. E se uma pessoa for uma pessoa jurídica, quer os dados fornecidos sejam pessoais ou não pessoais. Em seguida, a orientação prossegue com salvaguardas adicionais que as partes podem adotar, como comunicar a natureza e as consequências de um registrante quando se identifica como uma pessoa jurídica, para explicar quais são as consequências se alguém se identificar como uma pessoa jurídica, por exemplo, que seus dados podem ser publicados. E então, se você tiver uma pessoa jurídica, também confirme se nenhum dado pessoal foi fornecido. Basicamente, a orientação também enfatiza que é importante para os registrantes, os indivíduos, terem meios fáceis de corrigir seus erros, portanto, basicamente para as partes contratadas abordarem os pedidos de retificação, de modo que a orientação do feedback público seja solicitada sobre se fornece informações suficientes, se algo está faltando, se adicional elementos devem ser levados em consideração. Estou ansioso para receber o máximo possível de feedback do público.

Agora, vou passar a palavra ao meu colega Chris para que ele mostre o conteúdo exclusivo.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Muito obrigado, Melina. Chris Lewis-Evans, para registro novamente. Portanto, na Fase 2a, esperava-se que a equipe do EPDP abordasse se o contato exclusivo poderia ter um endereço de e-mail anônimo unificado ou uniforme e se seria capaz de exibi-lo com base no nome de domínio ou por registrador ou registro e se era viável, isso deve ser um requisito e, se não for um requisito, que orientação poderia ser fornecida para as partes contratadas que desejam fazer isso. Então, na questão da viabilidade, dentro do relatório da Fase 2, os serviços de proxy tinham uma recomendação que lhes permitia publicar e-mails anônimos e uniformes, então acho que isso mostrou que era viável; no entanto, houve uma série de preocupações sobre o titular dos dados, dependendo de como essa abordagem uniforme foi adotada. E acho que a última vez foi gasta discutindo isso e como poderíamos olhar para salvaguardas para proteger o titular dos dados ao mesmo tempo permitindo que esse contato de e-mail anônimo seja publicado. Portanto, o fato de a parte contratual poder optar por publicar o endereço de e-mail do registrante ou da administração, um anônimo desses, e deve procurar fornecer as salvaguardas adequadas, ou deve garantir que as salvaguardas adequadas sejam aplicadas ao titular dos dados em linha com orientação do trabalho que foi realizado no âmbito do EPDP e também a partir daí, relevantes para isso, autoridades de proteção de dados relevantes.

LAUREEN KAPIN:

E acho que dando um passo para trás, o que é importante enfatizar aqui é que todas as recomendações nesta Fase 2a são orientações. Nada disso é necessário. Esse foi um grande ponto de discussão e debate se esses deveriam ser requisitos obrigatórios ou apenas orientação para as partes contratadas afetadas, então todas essas recomendações em seu estado atual são orientações, o que significa que é escolha das partes contratadas fazer isso ou não. Então, eu só queria ter certeza de que esse ponto estava muito, muito, muito claro. De volta para você, Chris.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Obrigado, Laureen, por isso. Então, vou apenas passar por algumas das próximas etapas para a Fase 2a. Como disse Laureen, o relatório é divulgado e divulgado no início de junho e o período de comentários públicos está aberto até 19 de julho. Dentro do pequeno grupo do GAC, estamos procurando reunir todo o nosso trabalho e produzir alguns documentos de orientação para permitir que o GAC faça um comentário público se assim o desejar e, obviamente, esse trabalho estaria disponível para todos os países, e se eles quiserem enviar um comentário nacional individual à luz deste trabalho, de acordo com seus próprios conselhos sobre proteção de dados ou suas funções dentro de seus países, isso também é possível. Mas, sobre isso, se algum país que não faz parte do pequeno GAC tiver quaisquer pontos que eles considerem interessantes que talvez tenham sido perdidos pelo trabalho do EPDP e que seriam relevantes para colocar em

comentários públicos, o pequeno grupo do GAC seria bem-vindo para coletar as informações para informar o GAC. Esperamos conseguir isso até 7 de julho para dar aos membros do GAC algumas semanas antes do prazo de envio e, obviamente, faremos o possível para que isso seja divulgado mais cedo, mas como você pode imaginar, é uma grande parte do trabalho junto com todo o resto junto com a preparação para ICANN71. E há uma atualização e consulta da comunidade que é amanhã às 14:30 UTC, mas acho que Manal gostaria que você viesse a esta sala porque é também a hora da redação do comunicado, mas obviamente a gravação estaria disponível se você quiser para ouvir isso mais tarde. Próximo slide, por favor. De volta a Melina e Laureen.

MELINA STROUGNI:

Sim, obrigada, Chris. Quanto à precisão, como você deve se lembrar durante a ICANN70, discutimos o briefing organizacional da ICANN de fevereiro sobre a precisão, portanto, neste slide, descreverei os desenvolvimentos que tivemos desde então. Em 23 de abril, a liderança da GNSO divulgou o conjunto de próximas etapas propostas para o exercício de definição de escopo de precisão. As próximas etapas se concentraram no escopo, no estudo, no momento e na composição da equipe de escopo. Apenas para esclarecer que, ao contrário do que pode estar implícito, o problema de precisão é anterior ao EPDP e já foi levantado por muitos anos, mesmo antes do GDPR. Também para lembrar que o problema de precisão deveria ser abordado na Fase 1 do E, mas foi repetidamente adiado. Muitos círculos eleitorais manifestaram a sua preocupação de que, se a questão não for tratada no âmbito do E, isso possa ser deixado nas mãos dos legisladores, o que

pode criar mais fragmentação. Portanto, ficou claro que a equipe de definição do escopo deveria ser formada e autorizada a começar a trabalhar o mais rápido possível. Portanto, à luz desse contexto, houve um apelo por parte de alguns constituintes para definir um rascunho para a proposta. Também foi ressaltado a importância de permitir o início dos trabalhos o mais rápido possível. Então, um pequeno grupo da GNSO foi formado. Trabalho sobre precisão ainda a ser definido, por exemplo, o escopo do trabalho, incluindo a discussão para apoiar esse trabalho, e se o GAC deve fazer parte da equipe. O GAC confirmou seu interesse e recomendação em dezembro de 2020, e desde então entendemos que houve discussões sobre qual é a maneira certa de formar a equipe de definição do escopo, por exemplo, sugestão de ter dois membros de cada grupo de partes interessadas, perguntando se isso seria suficiente e realmente acredito que a composição do Grupo de Trabalho deve ser considerada com mais cuidado e definitivamente merece discussão adicional. Em termos de tempo, entendemos que a equipe de precisão da GNSO estava preocupada com a falta de recursos, que se devia principalmente ao fato de que toda a fase se sobreporia ao processo da Fase 2a do EPDP. Portanto, houve uma discussão sobre se o exercício de definição do escopo deveria ser lançado antes da finalização da Fase 2a. Claro que entendemos que é uma preocupação muito válida. No entanto, agora que o calendário da Fase 2a do EPDP é bem conhecido, um pouco mais de clareza na linha do tempo do trabalho de precisão seria muito útil. Então, de fato, como vejo nos comentários, as coisas ainda não estão claras e nada foi decidido. Para dar a você uma breve visão geral das principais mensagens que o GAC transmitiu até agora sobre este tópico, conforme

ênfâtizado e também incluído em nossa declaração da minoria da Fase 2, a precisão dos dados de registro de nomes de domínio é fundamental para manter um sistema de nomes de domínio seguro e resiliente . Portanto, o estudo potencial sobre a precisão deve realmente considerar este ponto e ter uma abordagem muito mais ampla. É muito importante para o GAC garantir a precisão das informações de nome de domínio. Esse ponto foi levantado nas discussões de liderança do GNSO no GAC. O que importa para o GAC é realmente garantir que as informações fornecidas por um registrante permitam que ele seja realmente identificado e contatado. Isso poderia estar em conformidade com os respectivos acordos em vigor e também serviria a muitos propósitos legítimos. Por exemplo, seria capaz de fornecer dados precisos para acessar solicitações de autoridades policiais ou outros questionadores legítimos. Por último, mas não menos importante, o exercício de definição do escopo é essencial para definir o escopo do trabalho e fazer as perguntas certas. Acreditamos que o GAC seria um valor agregado para o trabalho de definição do escopo e precisa fazer parte da equipe de definição do escopo. Portanto, estamos ansiosos por algum progresso nesta questão muito importante e esperamos obter mais clareza sobre todas essas questões pendentes, assim como o processo de trabalho de definição do escopo, a composição da equipe e o tempo. Vou passar a palavra ao Chris para que você tenha uma visão geral do cronograma. Obrigada.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Obrigado, Melina. Eu sou Chris Lewis-Evans, para registrar novamente. Portanto, este último slide é apenas uma representação gráfica dos

diferentes aspectos que ocorrem no processo de EPDP, e acho que a principal coisa a tirar disso é a falta de um cronograma concreto para o futuro. Portanto, nesta questão muito importante para o GAC, temos uma política provisória que está em vigor desde o início de 2019, portanto, há dois anos, e realmente não temos um guia claro de quando teremos uma política concreta baseada em o trabalho da comunidade. Acho que esse é realmente o aspecto principal disso, e acho que estamos ansiosos para trabalhar com o resto da comunidade para tentar levar isso adiante. Mas acho que seria muito útil para nós do GAC entender quando os diferentes aspectos serão implementados e também ajudar com alguns dos problemas em torno da disponibilidade de recursos para fazer parte do trabalho. Portanto, não quero perder muito tempo com isso, chegando perto da marca de uma hora e querendo garantir que chegaremos ao material do comunicado, mas acho que com isso, temos um pouco de tempo para quaisquer perguntas do GAC . Obrigada.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada, Chris, Lauren e Melina. Só estou procurando ver se há algum pedido de palavra. Eu não vejo nenhum. Acho que precisamos verificar também os pods de perguntas e respostas.

LAUREEN KAPIN: E estou examinando o comentário de Alan, que contém um esclarecimento útil. Alan Woods é um dos participantes nos procedimentos da Fase 2a e, de fato, é um membro legado que participou dos procedimentos anteriores do EPDP, e ele está

apontando, e estou feliz que tenha feito isso, que esta criação de uma bandeira padrão, estar identificando se um registrante é uma entidade legal, uma entidade natural ou não especificada, que isso realmente não é uma orientação, que isso é considerado uma política de consenso. Porque todos concordaram nisso, o que era bom. Portanto, não é apenas orientação. E Alan observa, embora não seja meramente uma orientação, ainda está sendo discutido se isso será uma obrigação ou se pode usar a bandeira. Portanto, é um ponto matizado aqui, mas agradeço que Alan tenha feito isso.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Laureen, e obrigado Alan. Apenas verificando se há outros comentários, perguntas. Eu vejo a mão de Olivier levantada. Comissão Europeia, por favor, vá em frente.

COMISSÃO EUROPEIA: Obrigado, Manal. Tive dificuldade em encontrar o botão para aumentar a mão, mas o encontrei. Em primeiro lugar, agradecer aos colegas do pequeno grupo que estiveram envolvidos nesta Fase 2a do EPDP, mas em todo o processo do EPDP, e também agradecer ao grupo como um todo, o grupo EPDP 2a. Nem sempre estivemos de acordo, mas participamos bastante neste exercício, e acho que o presidente tem feito um trabalho muito bom. Gostaria de voltar a alguns pontos que foram mencionados na apresentação e que agora aparecem na linha do tempo. Eu concordo muito com Chris que é importante ter um cronograma mais claro sobre quando as recomendações da Fase 1 serão implementadas. Quer dizer, é uma questão de implementar uma

nova política de WHOIS, e sempre pressionamos a comissão para acelerar a implementação e mudar as especificações temporárias que têm alguns pontos fracos, então uma nova política mais completa. Primeiro, sobre a questão do EPDP 2a, acho que é muito bom, lembro que havia duas perguntas quando nos reunimos na ICANN70, quando o grupo poderia continuar seu trabalho e concluir, acho que há bons elementos na orientação que foi acordada em termos de elementos substantivos, mas estamos decepcionados com a comissão pelo fato de o resultado ser essencialmente voluntário, e esperaríamos um resultado mais ambicioso com elementos de obrigações obrigatórias, em particular as duas questões discutidas no grupo e o e-mail anônimo . A precisão é um problema que vai além da questão da implementação do GDPR. Esta é uma discussão que estava ocorrendo se a comunidade da ICANN iniciou o processo EPDP, é uma questão muito importante. Recebemos feedback de muitos buscadores de acesso de que eles precisam de dados precisos para poder fazer seu trabalho, e há problemas com a precisão dos dados atualmente. Também uma questão que não está apenas ligada aos dados pessoais, mas também uma questão de exatidão dos dados não pessoais contidos nas bases de dados de registro, então pensamos que é realmente importante trabalhar neste aspecto, muito importante para começar este exercício de escopo e o GAC se envolveu no exercício de definição do escopo para trazer nossa perspectiva específica para a discussão. Portanto, espero que a GNSO seja capaz de decidir sobre esse exercício com relativa rapidez. Esses eram os três pontos que eu queria fazer. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigado, Olivier. E para outros colegas, se você está tendo dificuldade no webinar do Zoom para levantar a mão, por favor, digite no chat, mão levantada, e com certeza daremos a palavra. Na falta de outros pedidos de palavra, gostaria de saber se Chris, Melina, Laureen, algum comentário final?

LAUREEN KAPIN:

Eu encorajaria os membros do GAC a olhar para o relatório, ele está no lado curto comparativamente, mais curto do que muitos dos outros relatórios e em questões importantes. E o período de comentários públicos realmente é o momento para países individuais, assim como o GAC coletivamente, opinar, e estamos realmente incentivando países individuais a fazê-lo. Como essas são questões importantes e realmente focadas em dois tópicos principais, esperamos que os países que têm opiniões fortes sobre essas questões aproveitem a oportunidade para opinar. E também em termos de procedimentos, a ICANN tornou mais fácil para o usuário enviar comentários públicos em certos aspectos. porque agora eles forneceram um formulário para você fazer isso, e também o próprio GAC, por meio de sua pequena equipe, ajudará a redigir uma proposta de comentário público. Então, isso pode ser um recurso para você se você decidir preencher seu próprio comentário público também. Não que você tenha que ser consistente com isso; você, é claro, é livre para expressar suas próprias opiniões, mas nós ofereceríamos isso como um recurso. Então, eu só queria enfatizar a oportunidade que está surgindo.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigado, Laureen, Chris e Melina. Muito obrigado, aprecio o esforço que você tem feito neste tópico. Sei que a carga de trabalho é significativa, o tempo necessário e a dedicação, não posso agradecer o suficiente. Com isso, agradeço a todos pela atenção também. Isso conclui a discussão sobre RDS / WHOIS, proteção de dados. Por favor, fique conectado e nos dê um minuto para nos prepararmos para a próxima sessão do comunicado.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]